

JUSTIÇA

Bolsonaro passa por cirurgia no ombro

Procedimento foi autorizado pelo ministro do STF Alexandre de Moraes. Ex-presidente corrigiu uma lesão no manguito rotador, em operação que exigiu anestesia geral

» VICTOR CORREIA

O ex-presidente Jair Bolsonaro passou, ontem, por uma cirurgia no ombro direito, para corrigir uma lesão no chamado manguito rotador, um conjunto de quatro músculos e tendões responsável por movimentar e estabilizar a articulação. Ele chegou ao hospital DF Star por volta das 6h, onde foi internado e preparado para o procedimento, que começou às 10h e acabou pouco depois das 13h. “O paciente Jair Messias Bolsonaro foi submetido a cirurgia de reparo artroscópico do manguito rotador à direita, sem intercorrências”, disse a equipe médica, em boletim divulgado ao final da cirurgia. Ele foi acompanhado pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

O procedimento já estava previsto e foi autorizado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, no dia anterior, a pedido da defesa de Bolsonaro. O ex-presidente está em prisão domiciliar, em um condomínio do Jardim Botânico, condenado a 27 anos e três meses de reclusão por tentativa de golpe de Estado. A Procuradoria-Geral da República (PGR), chefiada por Paulo Gonet, também deu parecer favorável ao procedimento hospitalar. Segundo os advogados do ex-presidente, Bolsonaro sofria com dores constantes na região, mesmo em repouso.

A lesão foi diagnosticada enquanto o ex-mandatário tratava uma broncopneumonia dos dois pulmões, em março, no mesmo hospital. Ele ficou cerca de duas semanas internado, recebendo antibióticos, após um caso de infecção considerado grave. Segundo o cardiologista Brasil Caiado, que o acompanha, a equipe médica aproveitou para marcar uma consulta com o ortopedista Alexandre Paniago, que identificou a lesão.

“No momento, (o ex-presidente) encontra-se internado em unidade de internação para controle de dor e observação clínica”, informou o hospital, no boletim. A equipe médica que acompanha o ex-presidente também conta com o cirurgião geral Claudio Biorolini, o cardiologista Leandro Echenique e o diretor-geral do hospital, Allisson Barcelos Borges.

“Ele já vinha se queixando de uma dor no ombro há algum tempo, de forma discreta e intermitente. Como ele não é de reclamar muito, decidimos aproveitar a janela da internação e solicitamos a avaliação de um especialista em ombro e cotovelo”, disse Caiado a jornalistas, à época.

A equipe médica apontou que o ferimento pode ter sido agravado por uma queda que Bolsonaro sofreu enquanto estava preso na Superintendência da Polícia Federal em Brasília, no início do ano. Ao tentar caminhar na cela, durante a madrugada, Bolsonaro caiu e bateu a cabeça, sofrendo um traumatismo craniano leve. Ele foi levado ao hospital e passou por exames.

O pedido para a cirurgia no ombro foi protocolado em 17 de abril, já que Bolsonaro precisa se recuperar plenamente da pneumonia para poder passar por cirurgia. O procedimento envolve anestesia geral e usa a técnica da artroscopia, considerada minimamente invasiva, que envolve o uso de câmeras e instrumentos introduzidos por pequenas incisões, sem a necessidade de abrir o local.

Sem visitas

Alexandre de Moraes autorizou Michelle a acompanhar Bolsonaro “durante todo o período da internação, período em que todas as visitas estarão suspensas, inclusive dos advogados e demais familiares, salvo autorização judicial”. Ela não poderá usar o celular no leito.

O ministro estabeleceu que a defesa tem 48 horas após a cirurgia para apresentar ao STF relatório médico detalhado sobre o procedimento realizado pelo ex-presidente.

Moraes ainda determinou que o 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, responsável pela fiscalização da prisão domiciliar, tomasse providências para escolta nos trajetos entre residência e hospital e para “garantir a segurança e a vigilância ininterrupta durante todo o período de internação hospitalar”. “Evitando-se o acesso de pessoas não autorizadas e garantindo o cumprimento de todas as medidas cautelares que continuam em vigor”, escreveu.

Após receber alta, Bolsonaro voltará à prisão domiciliar, quando deverá passar por sessões de fisioterapia durante a recuperação. Nas redes sociais, Carlos Bolsonaro, um dos filhos do ex-presidente, reclamou da proibição de visitas. “Nem os filhos podem mais visitar o pai no pós-cirúrgico”, escreveu.

Aliado internado

Um dos principais aliados do ex-presidente também estava internado no DF Star. O senador Magno Malta (PL-ES) deu entrada no hospital na quinta-feira, após um forte mal súbito. Inicialmente, suspeitou-se de que se tratava de um infarto ou um acidente vascular cerebral. Em vídeo nas redes sociais publicado ontem, porém, o parlamentar disse que, até o momento, os exames não indicaram nada do tipo. “Queria aproveitar e pedir a contínua oração pela vida do nosso querido líder, presidente Jair Bolsonaro, que está internado nesse mesmo hospital, hoje. A notícia que tenho aqui é que estava na sala de cirurgia mais uma vez”, comentou Malta, no mesmo vídeo.

Dosimetria

Após a derrubada, pelo Congresso Nacional, do veto presidencial ao projeto de lei que reduziu as penas dos condenados pelo 8 de Janeiro, a estimativa é que Bolsonaro, que cumpre pena de prisão em regime domiciliar, possa progredir para o regime semiaberto em dois anos e quatro meses — e não mais em sete anos, como estava previsto. Essa mudança ocorre por conta da diminuição da pena total que, no caso do ex-presidente, passaria de 27 anos e 3 meses para 22 anos e um mês.

Essa progressão, porém, não ocorre de forma automática. Deve ser calculada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A redução de pena deriva do entendimento de que as penas para os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado, aos quais Bolsonaro e aliados foram condenados, não podem ser somadas. Nesse caso, vale a pena do crime mais grave. O PL prevê, ainda, a saída do regime fechado após o cumprimento de um sexto da sentença, período mínimo anterior era de um quarto.

O veto do presidente Lula foi derrubado pelos deputados por 318 votos contra 144 pela manutenção. No Senado, 49 parlamentares votaram pela derrubada, enquanto 24 se manifestaram pela manutenção.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Jair Bolsonaro foi operado no Hospital DF Star, na Asa Sul, sob escolta policial e sem poder receber visitas



Propriedade Intelectual na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?

Buscando promover uma discussão qualificada sobre os rumos da propriedade intelectual no Brasil, o Correio Braziliense e a Interfarma promoverão o evento "Propriedade Intelectual na Agenda Pública: O que está em jogo para a saúde?", no formato de Summit.

Além de contribuir para a desmistificação do assunto, o encontro também propõe um olhar atento aos principais gargalos que dificultam a chegada da inovação no país – um desafio central para o desenvolvimento sustentável e o acesso a novas tecnologias.

Inscrições gratuitas!

Acompanhe o evento presencialmente no Correio Braziliense

MAIO 4 A partir das **9h**

auditório do Correio Braziliense

CONFIRMADOS:

Renato Porto
presidente da Interfarma

Pedro Bernardo
economista e especialista no setor farmacêutico na empresa PB Gestão Empresarial

Raquel Sorza
diretora de Política em Saúde (FIFARMA)

Nadja Oliveira
diretora técnica da Fundação PaqtpB e pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Júlio César Moreira
presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Gabriela Dorlhiac
diretora-executiva da Câmara de Comércio Internacional (ICC Brasil)

Kaike Silveira
gerente de Políticas Públicas e Relações Governamentais da Amcham

Anjam Aziz
diretor sênior da Pharmaceutical Research and Manufacturers of America (PhRMA)

Daniel Lisbôa
chefe da Divisão de Propriedade Intelectual (DIP) do Ministério das Relações Exteriores

Pedro Ivo Sebba Ramalho
secretário de Competitividade e Política Regulatória - SCPR/MDIC

Leandro Pinheiro Safatle
diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

José Alexandre Buaiz Neto
sócio do Pinheiro Neto Advogados

Erika Diago Rufino
diretora de Assuntos Regulatórios na Johnson & Johnson Innovative Medicine

Luana Ferreira Lima
advogada e gerente de Políticas Públicas e Advocacy da Abrale e do Movimento TJCC

Realização:



Promoção:

